

ÍNTEGRA E TRANSPARENTE? PERCEPÇÕES DE STAKEHOLDERS DERIVATIVOS SOBRE A CONFIABILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA CATARINENSE.

Geovane Teixeira Manoel

geovanemanoel@hotmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina

Maurício Custódio Serafim

mauricio.serafim@udesc.br

Universidade do Estado de Santa Catarina

Elaine Cristina de Oliveira Menezes

elaine.menezes@udesc.br

Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO

A literatura aponta a integridade como um fator para entender a confiabilidade percebida entre governo e sociedade, especialmente no contexto da transparência pública. O propósito deste estudo é analisar como a transparência na gestão pública municipal de Santa Catarina é vista pelos *stakeholders* derivativos, levando em consideração as características associadas à integridade percebida. O referencial teórico abrange conceitos relacionados à transparência, confiança e confiabilidade percebida, vinculados às características da integridade. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo, conforme Bardin (2010), com 23 entrevistas individuais realizadas com membros do OSB-SC e pesquisadores dos grupos de pesquisa CIGAT e Politeia da UDESC. Os resultados indicam que as percepções sobre a integridade percebida nos relatos são majoritariamente neutras. Não foram identificados aspectos com percepções predominantemente positivas, e a percepção neutra ou negativa varia conforme a característica e o contexto analisados.

Palavras-chave: Transparência pública. Confiabilidade. Integridade percebida. *Stakeholders*. Portais eletrônicos. Poder executivo municipal.

1 RESUMO EXPANDIDO

A transparência pública é considerada um elemento-chave para a construção da confiança nas instituições governamentais. No entanto, seus efeitos sobre a confiabilidade percebida, especialmente sob a ótica da integridade, ainda são objeto de debate acadêmico. Este estudo investiga como *stakeholders* derivativos percebem a gestão pública municipal catarinense a partir das características da integridade percebida, definida como a percepção de que o gestor atua com sinceridade, honestidade e cumprimento de promessas (Connolly, 2013; Mayer; Davis; Schoorman, 1995).

A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com base em 23 entrevistas realizadas com membros do Observatório Social do Brasil em Santa Catarina (OSB-SC) e pesquisadores dos grupos CIGAT e Politeia da UDESC. As entrevistas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2010), com apoio do software NVivo. As categorias analíticas

seguiram a literatura sobre confiabilidade percebida (Grimmelikhuijsen *et al.*, 2013; Schnackenberg; Tomlinson, 2014).

Foram analisadas quatro características principais da integridade: (1) sinceridade na promoção da transparência; (2) honestidade percebida pelos cidadãos; (3) sinceridade na usabilidade das informações; e (4) honestidade na divulgação de dados específicos como contratos e licitações.

Na característica (1), predominou a percepção neutra (E3, E6, E7, E8, E13, E20), com reconhecimento de boas intenções da gestão, mas questionamentos quanto à motivação ética. Houve percepções negativas (E1, E2, E12, E22) indicando uso estratégico das informações. Apenas E19 expressou percepção positiva, destacando consistência entre dados locais e federais.

Quanto à característica (2), sobre a honestidade percebida pelo cidadão, a percepção negativa prevaleceu (E1, E2, E4, E6, E10, E13, E15, E17, E22), com destaque para a desconfiança generalizada e influência da mídia. Relatos neutros (E11, E14, E18) reconhecem honestidade parcial, mas apontam ausência de informações ou dificuldade de acesso. Apenas E3 manifestou percepção positiva.

Na característica (3), relativa à usabilidade, predominou novamente a neutralidade (E3, E6, E8, E11, E13, E16, E19, E22), com relatos de boa intenção e variações entre municípios. Percepções negativas (E1, E2, E5, E10, E20) apontaram ausência de padronização e dificuldade de navegação. E7 destacou positivamente recursos que permitem filtros e downloads organizados.

Por fim, na característica (4), honestidade na divulgação de dados específicos, predominou a percepção neutra (E1, E2, E8, E13, E14, E23), com reconhecimento de cumprimento legal, mas questionamentos quanto à completude e tempestividade. Percepções positivas (E3, E6, E7, E9, E10, E17) elogiaram a área de compras e contratações. Percepções negativas (E16, E18, E20, E22) destacaram omissões estratégicas e falta de intenção genuína.

Na análise geral das 92 respostas, 47,83% foram neutras, com tendência negativa em 33,70%, e apenas uma minoria expressou percepção positiva. Observou-se que os entrevistados variaram suas percepções conforme a característica analisada. Os dados indicam que a integridade percebida ainda não contribui de forma significativa para a confiabilidade na gestão municipal, embora existam pontos de avanço.

Esses achados dialogam com pesquisas internacionais que apontam variações no impacto da integridade sobre a confiança (Auger, 2014; Grimmelikhuijsen, 2012). Divergem de estudos como o de Barbosa (2021), que identificou correlação positiva entre integridade

percebida e confiança no governo. A escolha por stakeholders derivativos enriquece o debate ao focar em sujeitos com influência relevante na agenda pública (Phillips, 1997).

Conclui-se que a integridade percebida, no contexto da transparência municipal catarinense, apresenta limitações práticas e simbólicas que comprometem seu potencial como vetor de confiabilidade. Recomenda-se a ampliação da amostra para incluir outros grupos de stakeholders, bem como aprofundar investigações sobre o papel das mídias digitais na construção da percepção pública.

REFERENCIAS

AUGER, G. A. Trust Me, Trust Me Not: An Experimental Analysis of the Effect of Transparency on Organizations. **Journal of Public Relations Research**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 325–343, 2014.
BARBOSA, J. D. S. **Adoção e uso do governo eletrônico: o papel da confiança e confiabilidade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4ªed. Lisboa: Edições 70, 2010.
CONNOLLY, R. **The Oxford Handbook of Internet Studies**. [S. l.]: Oxford University Press, 2013.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G. Linking Transparency, Knowledge and Citizen Trust in Government: An Experiment. **International Review of Administrative Sciences**, [s. l.], v. 78, n. 1, p. 50–73, 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G. *et al.* The Effect of Transparency on Trust in Government: A Cross-National Comparative Experiment. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 73, n. 4, p. 575–586, 2013.

MAYER, R. C.; DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, P. An integrative model of organizational trust. **Academy of Management Review**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 709–734, 1995.

PHILLIPS, R. A. Stakeholder theory and a principle of fairness. **Business Ethics Quarterly**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 51–66, 1997.

SCHNACKENBERG, A. K.; TOMLINSON, E. C. Organizational Transparency: A New Perspective on Managing Trust in Organization-Stakeholder Relationships. **Journal of management**, [s. l.], v. 20, n. 10, p. 1–27, 2014.